



EXPEDIENTE	DECISÃO PLENÁRIA - Data: 28 / 11 /2022	
Data: 28 / 11 /2022	(X) APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: _____

INDICAÇÃO Nº 164/2022

Requeremos à Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal e ouvido o Soberano Plenário, que indique ao Prefeito Municipal, a elaboração de projeto de lei, a fim de instituir programa municipal que garanta o fornecimento de vale-remédio para usuários de medicamentos que estejam temporariamente em falta na rede pública de saúde do município de diamantino, conforme modelo em anexo.

JUSTIFICATIVA

É consabido que a Constituição Federal tem a vida como bem maior a ser protegido, nos exatos moldes do que preceitua o *caput* do art. 5º.

Por sua vez, a saúde é direito social previsto no art. 6º, também da CF/88, de sorte que o art. 23, II, CF/88 estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

Nesse sentido, com a presente indicação pretende-se dar efetividade aos bens maiores garantidos pela Constituição Federal, o direito à vida e à saúde, através do fornecimento de vale-remédio, para medicamentos que estejam temporariamente em falta na rede municipal, especialmente à população mais vulnerável economicamente do município de Diamantino.

Assim sendo, indica-se a criação uma alternativa para amenizar os transtornos dos pacientes que utilizam remédios fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, mas que estejam com o fornecimento temporariamente suspenso.

Muitas vezes pelo atraso dos laboratórios fornecedores, pela demora para a conclusão das licitações ou até mesmo pelas demandas sazonais, tornam a distribuição desses medicamentos irregular, prejudicando os pacientes, pois a interrupção do tratamento pode agravar o quadro de saúde, como também em casos mais extremos, levar a óbito.



As disponibilizações irregulares, os atrasos na entrega de todos os medicamentos têm causado uma verdadeira judicialização das solicitações desses medicamentos pelos pacientes, o que certamente gera gastos e impactos ainda mais onerosos ao orçamento público.

O Vale-Remédio visa preencher essa lacuna existente no serviço público e garantir o direito constitucional do acesso à saúde, sem onerar os cofres municipais, afinal não há inclusão de novos medicamentos. Fica criado um dispositivo legal que garante o uso regular dos medicamentos, mesmo que estejam em falta temporariamente no serviço público

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 28 de novembro de 2022.



Ver^a Michele C. Carrasco Mauriz – DEM



Ver. Alfredo Matheus Keller – PSD



Ver. Diocelio Antunes Pruciano – PDT



Ver. Adriano Soares Correa – PSB



Ver. Eraldes Catarino de Campos – MDB



Projeto de Lei

Dispõe sobre o fornecimento do Vale-Remédio para usuários de medicamentos que estejam temporariamente em falta na Rede Municipal da Saúde do Município de Diamantino, fica com seguinte redação:

Art. 1º Fica assegurado aos usuários do sistema público de saúde o fornecimento do Vale-Remédio para medicamentos que estejam temporariamente em falta na rede municipal a serem adquiridos na rede privada.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Saúde definirá os critérios para concessão do Vale-Remédio apenas durante o período de interrupção do fornecimento na rede pública.

Art. 3º. O Vale-Remédio será válido apenas para remédios que já são fornecidos pela Assistência Farmacêutica do Município de Diamantino e estejam com a entrega temporariamente suspensa ou atrasada.

Art. 4º. A Prefeitura de Diamantino realizará licitação para o credenciamento das farmácias/laboratórios onde os usuários poderão utilizar o Vale-Remédio.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor 90 dias a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei cria uma alternativa para amenizar os transtornos dos pacientes que utilizam remédios fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, mas que estejam com o fornecimento temporariamente suspenso.

Muitas vezes pelo atraso dos laboratórios fornecedores, pela demora para a conclusão das licitações ou até mesmo pelas demandas sazonais, tornam a distribuição desses medicamentos irregular, prejudicando os pacientes, pois a interrupção do tratamento pode agravar o quadro de saúde, como também em casos mais extremos, levar a óbito.

As disponibilizações irregulares, os atrasos na entrega de todos os medicamentos têm causado uma verdadeira judicialização das solicitações desses medicamentos pelos pacientes, o que certamente gera gastos e impactos ainda mais onerosos ao orçamento público.

O Vale-Remédio visa preencher essa lacuna existente no serviço público e garantir o direito constitucional do acesso à saúde, sem onerar os cofres municipais, afinal não há inclusão de novos medicamentos. Fica criado um dispositivo legal que garante o uso regular dos medicamentos, mesmo que estejam em falta temporariamente no serviço público.